

## O Programa Minha Casa Minha Vida e as desigualdades socioespaciais: uma análise a partir da cidade de Marabá, Pará<sup>1</sup>.

*The 'Minha Casa Minha Vida' Program and socio-spatial inequalities: an analysis from Marabá city in Pará state.*

*Jovenildo Cardoso Rodrigues*

Doutor em Geografia pela UNESP/Presidente Prudente

Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo/UFPA, Brasil

[jovenildo@ufpa.br](mailto:jovenildo@ufpa.br)

[jovenildo@yahoo.com.br](mailto:jovenildo@yahoo.com.br)

### Resumo

O início do século XXI vem sendo marcado por um conjunto de transformações econômicas e socioespaciais em escala mundial, como desdobramento de determinações inerentes à crise econômica mundial desencadeada a partir do ano de 2008. Na escala do território brasileiro, considerando a possibilidade de evitar possíveis implicações da referida crise e atender a pressões de segmentos sociais historicamente não contemplados pelos programas habitacionais, o Governo Lula lançou o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), no ano de 2009. Em escala local, a cidade de Marabá passou a inserir-se como espaço estratégico no âmbito dos investimentos do PMCMV, fato que repercutiu em processos de revalorização do espaço construído desta cidade. Com efeito, o presente artigo, objetiva analisar como o PMCMV interfere na produção das desigualdades socioespaciais na cidade média de Marabá, Pará. Defendemos a ideia de que o PMCMV em Marabá vem contribuindo para a ratificação do padrão de desigualdades socioespaciais na escala local. Para efeito de desenvolvimento da referida pesquisa, efetuamos levantamento e análise bibliográfica, pesquisa de campo, entrevistas semiestruturadas, observações sistemáticas qualitativas e registros fotográficos.

**Palavras-chave:** Desigualdades socioespaciais, Programa Minha Casa Minha Vida, Marabá, Amazônia

### Abstract

The early twenty-first century has been marked by a set of economic and socio-spatial transformations on a global scale, as determinations of unfolding inherent in the global economic crisis triggered from the year 2008. In the Brazilian territory scale, considering the possibility to avoid possible implications of that crisis and attend the pressures of social segments historically not covered by housing programs, the Lula government launched the 'Minha Casa Minha Vida' Program (PMCMV), in 2009. At the local level, the city of Marabá started to be inserted as strategic space under the PMCMV investments, a fact reflected in the revaluation process of the built space in this city. Indeed, this article aims to analyze how the PMCMV interferes with the production of socio-spatial inequalities in the city of Marabá in Pará state. We defend the idea that the PMCMV in Marabá has contributed to the default of the ratification socio-spatial inequalities at the local scale. For the said research development effect, survey and literature review, field research, semi-structured interviews, qualitative systematic observation and photographic records were made.

**Keywords:** Socio-spatial inequalities, Minha Casa Minha Vida Program, Marabá, Amazon.

---

<sup>1</sup> Este artigo constitui alguns avanços alcançados a partir dos resultados de pesquisa de doutoramento, realizado na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP/ Campus de Presidente Prudente, SP.

## 1. INTRODUÇÃO

O início do século XXI vem sendo marcado por uma sucessão de transformações econômicas (PIKETTY, 2014; BERRY, 2014) e socioespaciais em escala mundial, como resultado da intensificação da divisão internacional do trabalho, da "urbanização do capital" (HARVEY, 2004a), da reestruturação urbana (SOJA, 1993), da reestruturação das cidades (SPOSITO, 2004), bem como, por processos de produção de desigualdades socioespaciais em cidades (RODRIGUES, 2015). Muitos desses processos constituem determinações que tenderam a interferir no desdobramento da crise econômica mundial desencadeada a partir do ano de 2008, bem como, na redefinição de estratégias dos Estados-nações na produção do espaço construído (HARVEY, 2011; 2014).

Diante do cenário de crise econômica mundial, a urbanização apresenta-se como condição estratégica para a estabilização da economia global (HARVEY, 2008). Nestas circunstâncias, o "circuito secundário do capital"<sup>2</sup> (HARVEY, 2005a) é acionado a colaborar com a retomada das taxas de acumulação e reprodução do capital (HARVEY, 2011). A "crise das hipotecas *subprime*" no ano de 2008, que impactou substancialmente o mercado financeiro e imobiliário norte americano, gerou um cenário econômico instável em nível mundial, reverberando nas economias dos países da União Europeia (HARVEY, 2011), demonstrando mais uma vez as conexões e dependências de uma economia mundializada e com riscos sistêmicos cada vez mais amplos.

Na escala do território brasileiro, o Governo Lula, considerando a possibilidade de evitar possíveis implicações da crise de 2008, lançou o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), em 2009. O PMCMV promoveu estratégias e ações, que visaram a um só tempo, amenizar os efeitos de tal crise e atender a pressões de segmentos sociais historicamente não contemplados pelos programas habitacionais (ARANTES; FIX, 2009).

O PMCMV direcionou recursos visando financiar um volume de investimentos significativos na produção da moradia até o ano de 2014 (AMORE; SHIMBO; RUFINO, 2015). Os empreendimentos concluídos, até o final do ano de 2014, giram no valor de R\$ 449,7 bilhões de reais, tendo sido entregues entre 2011 e 2014, 1,87 milhão de moradias (BRASIL, 2015). Algumas das principais cidades paraenses do ponto de vista das dinâmicas econômicas sejam elas metropolitanas ou não, como Belém, Ananindeua, Santarém, Marabá, Castanhal inseriram-se neste contexto das políticas habitacionais como espaços de canalização de investimentos a partir da produção do espaço construído (RODRIGUES, 2015).

---

<sup>2</sup> Harvey (2005b) compreende como "circuito secundário do capital", o compartimento ou setor da economia que canaliza o capital excedente para atividades de investimento no mercado de terras. Ainda segundo Harvey (2005b), o respectivo circuito possui características estruturais que consistem na relação entre o setor imobiliário, o Estado e elementos da infraestrutura do capital financeiro, que servem para atrair o capital para este circuito durante períodos de superacumulação.

Tendo em vista a necessidade de se pensar a relação entre as desigualdades socioespaciais e algumas estratégias e ações do Estado e do circuito imobiliário no Brasil, na produção do espaço construído, o presente artigo, objetiva analisar como os empreendimentos do PMCMV interferem na produção das desigualdades socioespaciais na cidade média de Marabá<sup>3</sup>, Pará. Para tanto, efetuamos levantamento de literatura pertinente ao tema, análise de dados referentes ao Programa (site do governo federal), pesquisa de campo (com observações sistemáticas qualitativas e registros fotográficos) e entrevistas semiestruturadas com representante do poder público municipal.

Defendemos a ideia de que o PMCMV em Marabá vem contribuindo para a ratificação do padrão de desigualdades socioespaciais na escala local. Como fio condutor analítico teórico (dialógico) alguns autores se fazem essenciais para o referido debate. Destaco aqui, Harvey, Lefebvre, Sposito, Soja, Gottdiener, Fix, Rodrigues, Arantes, dentre outros igualmente importantes, referenciados ao longo do texto.

O presente artigo está subdividido em sete momentos, distintos, porém articulados: um primeiro momento, constituído pela referida introdução. O segundo momento tece algumas considerações teórico-metodológicas a respeito do debate da desigualdade socioespacial. O terceiro momento, apresenta de maneira breve, algumas aproximações ao debate sobre a origem e natureza do PMCMV enquanto uma política pública com duas intencionalidades: enfrentar o déficit habitacional e constituir-se em política anti-cíclica. O quarto momento debate a questão da moradia. O quinto momento, versa sobre o volume de investimentos do PMCMV no território brasileiro e paraense. O sexto momento, aborda de maneira mais detida, a relação entre PMCMV e as desigualdades socioespaciais na escala da cidade de Marabá. Finalmente, o sétimo momento, retoma os elementos debatidos, para a construção das reflexões finais.

## **2. DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL: algumas aproximações ao debate**

Um olhar analítico acerca do conjunto de determinações particulares concernentes à relação entre o PMCMV e as desigualdades socioespaciais conduz-nos a uma primeira indagação, qual seja: O que se entende por desigualdade socioespacial? A desigualdade constitui termo que apresenta uma perspectiva multidimensional (THERBORN, 2000), sendo utilizada nos mais diversos campos de investigação: (i) para expressar um conjunto amplo e diverso de relações humanas; (ii) para analisar particularidades de uma região em relação a outra; ou mesmo, (iii) para compreender singularidades e contradições econômicas e sociais inerentes a uma respectiva realidade.

Interessa-nos aqui abordar de maneira muito breve, alguns elementos referentes ao complexo debate relacionado às desigualdades, particularmente, as desigualdades socioespaciais.

---

<sup>3</sup> Situada no Sudeste do Estado do Pará, a cidade de Marabá é composta por três núcleos urbanos principais (Marabá Pioneira, Nova Marabá e Cidade Nova) e por dois núcleos-satélite (São Félix e Morada Nova), exercendo forte centralidade urbana no contexto de sua respectiva subregião (RODRIGUES, 2010).

Tal perspectiva vem ganhando contornos específicos no campo acadêmico geográfico, a partir de uma série de reflexões relacionadas à “teoria do desenvolvimento geográfico desigual” (HARVEY, 2004b)<sup>4</sup>.

Em razão da extensa literatura pertinente ao tema em questão, vamos nos deter na apresentação de algumas ideias de três autores, que, dentro de seus respectivos horizontes teórico-epistemológicos, propuseram interpretações bastante instigantes para se pensar a desigualdade socioespacial, quais sejam: Carlos (2007), Sposito (2011) e Theis (2009).

Considerando a análise do par desigualdade↔diferença, Carlos (2007) considera que a desigualdade produz a diferenciação socioespacial na medida em que a cidade torna-se valor de troca, mercadoria cujo preço tende a limitar a possibilidade de consumo do espaço, produzindo, dessa maneira diferenciações, hierarquizações e fragmentações socioespaciais.

Por sua vez, a diferenciação socioespacial, enquanto concreticidade material, constitui produto social da desigualdade que está na origem do processo de produção do espaço, revelando, espacialmente, as estratégias de classe.

[...] a diferenciação como imanente à produção espacial obriga-nos a desvendar os conteúdos dos processos constitutivos da “produção social do espaço” fundada na contradição entre a produção social do espaço e sua apropriação privada – posto que se trata de uma sociedade de classes. Neste sentido, a diferenciação socioespacial é ao mesmo tempo, pressuposto e produto (contraditório e necessário) do processo histórico de produção, vivida concreta e praticamente a escala do lugar. Tal situação implica em entender as mediações que se impõem num determinado momento histórico e a relação sociedade/espaço. A principal revela a propriedade (como processo) no seio do processo de reprodução da sociedade (CARLOS, 2007, p.49).

Considerando tal perspectiva, a diferenciação socioespacial constitui resultado e condição do movimento de engendramento da desigualdade no âmbito do modo capitalista de produção, pautado na acumulação do capital. Assim, ao longo do processo histórico de constituição da hegemonia do capitalismo, a desigualdade constituiu o elemento produtor do processo de diferenciação que ocorre no âmbito da produção do espaço urbano, ao mesmo tempo em que a diferenciação reproduz e expressa a desigualdade em realização.

Uma segunda perspectiva analítica a respeito da diferenciação e das desigualdades socioespaciais é apresentada por Sposito (2011), para quem tais elementos teóricos necessitam de uma reflexão que leve em consideração três níveis de análise, quais sejam: 1) o da urbanização e divisão do trabalho; 2) o da rede urbana e divisão do trabalho; e, finalmente, 3) o da reestruturação das relações entre as cidades.

---

<sup>4</sup> A teoria do Desenvolvimento geográfico desigual constitui construção reflexiva que permite pensar a espacialidade do desenvolvimento desigual, de maneira a se compreender a natureza especificamente geográfica da desigualdade socioeconômica entre as regiões e países (HARVEY, 2004).

Tal perspectiva pressupõe refletirmos sobre a realidade, a partir das relações e distinções entre diferenciação e desigualdade socioespacial, tendo em vista a ampliação da abrangência das relações espaciais. Sposito (2011), chama atenção para o fim da ideia de cidade como unidade espacial, uma vez que a cidade não constitui apenas espaço homogêneo, mas também fragmentado e hierarquizado, como resultado de ações, interações espaciais construídas no âmbito do movimento desigual de produção capitalista do espaço.

Para Sposito (2011), a diferenciação socioespacial é a marca das cidades desde os primórdios da urbanização. Dessa maneira, as cidades, enquanto formas-conteúdo constituem produto de uma divisão social do trabalho, o que pressupõe uma divisão territorial do trabalho historicamente constituídas ao longo do processo de urbanização.

No início do processo de urbanização, a divisão social do trabalho era relativamente simples e se estabelecia, no plano territorial, sobretudo entre a cidade e o campo. Ainda que houvesse também diferenciação socioespacial própria e atinente aos espaços urbanos e aos espaços rurais, o que se quer destacar é que, no plano político, as interações espaciais estabeleciam-se a partir de cidades-Estado, ou seja, cada cidade comandava seu espaço rural, de onde provinha o excedente que a sustentava. A escala geográfica da vida política, econômica e social era coincidente e, sobretudo, restrita a pequenas extensões territoriais (SPOSITO, 2011, p.124).

A autora, ao tratar do debate relacionado ao desenvolvimento geográfico desigual, destaca a tendência ao estabelecimento do primado da desigualdade sobre a diferença, como recorte a partir do qual muitos compreendem o mundo, a saber, Estados, grupos econômicos, grupos políticos, grupos sociais, associações, instituições, intelectuais. Esta perspectiva de compreensão pode se traduzir em confusão, ou mesmo em incapacidade de distinguirmos as relações entre desigualdades e diferenças, que apresentam muitos níveis de determinação, que estão associadas:

A ampliação dos espaços sob domínio do modo capitalista de produção, articulados em escala internacional, que nunca chega a ser completamente mundial, no sentido de incluir todos os espaços e todas as pessoas, enseja e exige a comparação entre realidades socioespaciais que, historicamente, distinguem-se e são, em suas essências, diferentes entre si, uma vez que resultam de processos diversos (SPOSITO, 2011, p.128).

Por sua vez, no plano ideológico, as desigualdades tendem a serem lidas como diferenças que se relacionam com a ideia de progresso ou de atraso, de capital cultural e de capital social, a ser mensurado pela participação de todos na sociedade do consumo (SPOSITO, 2011).

A esse respeito, Sposito (2011) faz a seguinte afirmação:

Nesses termos, as diferenças se transmutam em desigualdades, enquanto as desigualdades, assim observadas, revelam as diferenças de poder de consumo ou de capacidade de decisão ou de possibilidade de apreensão do espaço. Em outras palavras, as desigualdades viram diferenças, porque uma parte da sociedade, de fato, no plano econômico, no político e no social, participa precariamente da vida urbana e da sociedade de consumo, ou participa de

forma qualitativamente diferente, porque incompleta, e não apenas quantitativamente desigual (SPOSITO, 2011, p.129).

Por outro lado, quando adotamos critérios e parâmetros, que são adequados apenas para tratar das desigualdades, restringimo-nos às possibilidades de ler, de fato, as diferenças, enquanto processo complexo, dotado de potencialidade analítica para refletir e compreender a realidade socioespacial. Por sua vez, ainda segundo Sposito:

As desigualdades assim monitoradas pela sociedade e, por ela, apreendidas, sendo expressão do interesse de anulação das diferenças, recolocam essas diferenças em pauta, como conflitos que ocorrem em número crescente e, nas cidades, aparecem sob diversas matizes (SPOSITO, 2011, p.129).

Seguindo a proposição da autora, consideramos necessário compreender o par desigualdade ↔ diferença enquanto processos que se transmutam e se interpenetram, a partir de uma relação dialética que tende a contribuir para o entendimento da produção social do espaço e da precariedade da vida urbana. A autora em questão compreende a desigualdade como um fato histórico, um *resultado* de determinações processuais no âmbito do modo capitalista de produção. Compreendemos esta perspectiva como relevante para pensarmos as transformações socioespaciais.

Uma terceira perspectiva de análise é apresentada por Theis (2009), para quem, a natureza especificamente geográfica da desigualdade socioeconômica entre regiões e países requer uma compreensão da espacialidade do desenvolvimento desigual. O referido autor ressalta ainda que a geografia do desenvolvimento desigual tem como elemento inicial, a diferenciação do espaço geográfico, que aparece como expressão e resultado da divisão territorial do trabalho.

Theis (2009) enfatiza que a tecnologia vem exercendo um papel essencial nos processos de produção de diferenciação do espaço à medida que esta (tecnologia) entra no processo de acumulação do capital. O uso de novas tecnologias nos meios de comunicação e transporte tenderam a alterar substancialmente, a mobilidade do capital e do trabalho.

Ainda para Theis, a coexistência simultânea e dinâmica de espaços mais desenvolvidos e menos desenvolvidos constitui resultado do desenvolvimento geográfico desigual e condição para o processo de continuada valorização do capital.

Adotamos para efeito teórico-analítico deste artigo, as abordagens de Sposito (2011), Carlos (2007) e Theis (2009) enquanto reflexões que se complementam, na construção de uma perspectiva de pensar a desigualdade socioespacial como *produto* de temporalidades e espacialidades urbanas desiguais, *meio* para a reprodução de fluxos de capital no território e *condição* para a realização da reprodução do capital no espaço (RODRIGUES, 2015).

O debate da desigualdade socioespacial enquanto processo complexo e dinâmico em suas determinações espaciais, ainda que apresentado de maneira rápida e introdutória neste artigo, em

razão dos propósitos do mesmo, constitui perspectiva importante para se pensar a maneira como os espaços de cidade paraenses vem sendo produzidos a partir de processos de valorização do solo, financeirização da terra urbana; e, principalmente, a partir de estratégias e ações de agentes econômicos, do Estado na produção do espaço construído. A articulação entre os elementos teóricos e sua relação com uma abordagem empírica serão objetos de análise a seguir.

### **3. O PROGRAMA MINHA CADA MINHA VIDA (PMCMV): breves explicações**

Do ponto de vista da produção habitacional recente no território brasileiro, o poder público federal tem interferido de maneira significativa na indução de dinâmicas econômicas visando alavancar a economia brasileira, diante da crise econômica mundial, de 2008 (ARANTES; FIX, 2009) e estimular a produção e consumo de moradia nas cidades brasileiras (RIZEK; AMORE; CAMARGO, 2014; AMORE; SHIMBO; RUFINO, 2015).

Considerando tais circunstâncias, o PMCMV, criado em 2009, pelo governo Lula, constitui estratégia que buscou dinamizar a economia brasileira, além de promover o estímulo a políticas habitacionais voltadas à construção de moradias em diversas cidades brasileiras (ARANTES; FIX, 2009)<sup>5</sup>. Segundo Arantes e Fix (2009), o objetivo do governo federal, ao criar o PMCMV foi de ampliar o crescimento e atuação do setor imobiliário e ao mesmo tempo atender a demanda habitacional de baixa renda, ao induzir o mercado habitacional a incorporar as faixas de 0 a 3 salários mínimos enquanto novos segmentos ao mercado consumidor de habitações.

Fix (2011) afirma que a implementação do PMCMV também constituiu uma resposta do governo a pressões de lutas sociais urbanas. Não obstante, este mesmo governo, formulou e implementou a política habitacional do PMCMV a partir de estratégias de poder e dos negócios imobiliários, naquele momento em franca expansão no Brasil (CARDOSO; JEANISCH, 2014).

Como resultado desse conjunto de ações, loteamentos horizontais gigantescos começaram a ser construídos nas periferias das grandes cidades brasileiras, nas cidades médias, na fronteira entre o rural e o urbano (FIX, 2011; RODRIGUES, 2015). Ainda segundo Fix (2011), bairros novos, supostamente planejados, passam a ser inteiramente desenhados segundo a lógica do capital.

Considerando tal perspectiva, ganha sentido a afirmação de Gottdiener (2010), para quem os mecanismos de reprodução do capital são acionados e se realizam no "circuito secundário do capital" (HARVEY, 2011), de maneira a contribuir na superação da crise. Ainda dentro desse contexto, as atividades no mercado imobiliário passam a demandar, dadas suas características

---

<sup>5</sup> O pacote habitacional lançado em abril de 2009 teve como meta a construção de um milhão de moradias (ARANTES; FIX, 2009). "Apresentado como uma das principais ações do governo Lula em reação à crise econômica internacional - ao estimular a criação de empregos e de investimentos no setor da construção - e também como uma política social em grande escala" (ARANTES; FIX, 2009, p.1).

particulares, uma infraestrutura de crédito altamente organizada, que atende às necessidades do capital circulante (LEFEBVRE, 2009; GOTTDIENER, 2010; HARVEY, 2011), ao estimular a transformação de valores de uso em valor de troca, ou seja, o valor de uso da terra urbana, em mercadoria plena. A esse respeito Gottdiener afirma que “[...] a terra é uma mercadoria que pode ser convertida em muitas formas de valor de troca e, em contraste com quase qualquer outra mercadoria, com o tempo tem seu valor de troca elevado porque as relações capitalistas exigem que a terra seja cara” (GOTTDIENER, 2010, p.219).

Neste sentido, o engendramento de novas dinâmicas de reprodução dos capitais mercantil, imobiliário, financeiro, produtivo tendem a produzir e alavancar a financeirização do urbano no território brasileiro no início do século XXI.

Com efeito, o PMCMV não se propôs a enfrentar a questão fundiária, tema central da reforma urbana e não mobilizou os instrumentos do Estatuto da Cidade (FIX, 2011). Este fato abriu espaço para que empresas procurassem maximizar suas taxas médias de lucro não apenas através da incorporação de terras e da produção de habitações, mas também por meio de operações especulativas com a terra, fazendo emergir uma das facetas “perversas” do Programa.

#### **4. A QUESTÃO DA MORADIA**

A questão da moradia apresenta-se como importante elemento de reflexão, à medida que a inserção, sobrevivência e reprodução nas cidades dependem, para amplas parcelas da sociedade, fundamentalmente, do acesso à moradia. Da mesma maneira que educação, saúde, renda, infraestrutura urbana se fazem elementos primordiais na reprodução social dos cidadãos que residem nas cidades, assim também a habitação constitui elemento essencial, concebido por Cardoso e Lago (2013) como "mínimo social", que habilita os indivíduos e os grupos sociais na busca de outras escolhas e no desenvolvimento das suas potencialidades.

Neste sentido, compreendemos que a habitação não deve ser pensada apenas enquanto abrigo, ou morada do homem, mas como um direito básico de cidadania. Esta compreensão já encontrava respaldo internacional na Declaração Universal de Direitos Humanos, no ano de 1948, assim como se fez presente na Declaração de Istanbul sobre Assentamentos Humanos, no ano de 1996, como resultado dos acordos feitos durante a Conferência das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos.

Nessa última conferência, reafirmou-se o compromisso dos governos nacionais com a melhoria das “[...] condições de vida em assentamentos humanos de forma consoante com as necessidades e realidades locais [...]” (DECLARAÇÃO DE ISTANBUL SOBRE ASSENTAMENTOS HUMANOS, 1996), bem como foi ratificado o compromisso com a “[...] total

e progressiva realização do direito a moradias adequadas, [...] a custos acessíveis, para todas as pessoas e famílias" (idem).

Segundo Cardoso e Lago (2013), ainda, no Brasil, o direito à moradia foi reconhecido mediante emenda constitucional que alterou o Artigo 6º da Constituição Federal, incluindo a moradia como um direito social. A referida Emenda Constitucional afirma que "São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição" (Emenda Constitucional nº26, de 14/02/2000).

Não obstante, o exercício do direito à moradia apresenta como condição para a sua realização a possibilidade de acesso ao solo urbano, que é regulado, do ponto de vista jurídico, pelo direito à propriedade. Diante desse paradoxo, coadunamos com a pertinente afirmação de Cardoso e Lago (2013), para quem o solo urbano deve ser entendido como um bem de caráter social, tal como a educação, a saúde, a renda, a moradia, enquanto uma condição primordial para a sobrevivência.

Essa perspectiva de compreender a moradia<sup>6</sup> e o solo urbano assume maior relevância quando constatamos que o acesso à terra urbana implica e deve implicar, a um só tempo, no acesso a um conjunto de equipamentos e serviços urbanos necessários à superação das desigualdades socioespaciais e a realização de condições dignas de vida para as pessoas.

Não obstante, a habitação, no período atual, encontra-se vinculada a um conjunto de articulações entre Estado, capital imobiliário e capital financeiro, que passam a produzir um mercado e uma produção nacionalizados. A este processo, Shimbo (2010) denominou de "*Habitação Social de Mercado*".

Tal configuração habitacional vem sendo produzida de maneira particular à medida que se estabelece a entrada do capital financeiro nas grandes empresas construtoras e incorporadoras, bem como, em razão do aumento de recursos dos principais fundos públicos e semi-públicos - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) - do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), a partir de meados de 2000 (SHIMBO, 2010).

Do ponto de vista da produção da moradia no Brasil e no Pará, que papel vem exercendo o PMCMV?

---

<sup>6</sup> Partilhamos da definição de moradia concebida por Cardoso e Lago (2012), para quem a moradia necessita ser compreendida de maneira ampliada, como habitação em si e também, como o solo e o conjunto de equipamentos serviços e amenidades, cuja acessibilidade possibilita.

## 5. O PMCMV NO BRASIL E NO PARÁ

A política de habitação do PMCMV exerceu um papel significativo no volume de habitações construídas em território brasileiro. Segundo dados da FGV (2014), a Fase 1 do PMCMV atingiu um total de 1.000.000 (um milhão de moradias produzidas) entre as faixas 1, 2 e 3, procurando abarcar um grupo de brasileiros que possuíam uma renda mensal de até 10 salários mínimos.

Segundo Amore (2015, p.17) o PMCMV traz uma importante novidade quando comparada com as práticas da produção habitacional do antigo e extinto BNH, qual seja:

[...] a preocupação com a produção para as rendas inferiores: 400 mil unidades (40% da meta) deveriam ser destinadas a famílias com renda de até 3 salários mínimos, o que se viabilizaria com o aporte de 16 bilhões de reais em recursos da União (70% de todo o investimento). Tratava-se de um nível de subsídio que nem mesmo o PlanHab<sup>7</sup> previra em seus cenários mais otimistas. Havia ainda a intenção de distribuição regional, concentrando a produção nos estados do Sudeste e do Nordeste, com prioridade para municípios com mais de 100 mil habitantes e excluindo aqueles com menos de 50 mil, acompanhando a distribuição do déficit. O Programa fazia uma leitura bastante simplificada do “problema habitacional”, que, por exemplo, o PlanHab pretendia atacar por meio de uma grande diversidade de programas e produtos habitacionais, adequados para as onze tipologias de municípios que o Plano havia organizado em função das características demográficas e das dinâmicas econômicas.

Em que pese os avanços apresentados pelo PMCMV fase 1, Rolnik e Nakano (2009) argumentam que, se 90% do déficit habitacional brasileiro encontrava-se nas faixas de renda até três salários mínimos, por que apenas 40% das unidades era direcionada a essa faixa?”.

De acordo com o Ministério das Cidades (2014), a fase 2 do PMCMV apresentou mudanças no sentido de tentar minimizar algumas distorções na distribuição dos recursos investidos através da: 1) Priorização dos investimentos nas faixas inferiores de renda (até R\$ 1600,00); e, 2) Autorização para a produção habitacional em municípios com menos de 50 mil habitantes (AMORE, 2015). Os subsídios para a construção das habitações por faixa de renda ficaram assim distribuídos: o faixa 1 (até R\$ 1.600,00) ficou com 60%; o faixa 2 (de R\$ 1.601,00 a R\$ 3.275,00) com 30%; ao passo que o faixa 3 (de R\$ 3.276,00 a R\$ 5.000,00) obteve 10% dos recursos para financiamento. Nesta segunda fase, segundo Amore (2015), os recursos totais investidos giraram em torno de R\$ 125 bilhões de reais, dos quais R\$ 75 bilhões foram destinados à construção de 1.200.000 (um milhão e duzentas mil) unidades habitacionais para a faixa 1; 600.000 (seiscentos mil) unidades habitacionais para o faixa 2 e 200.000 (duzentas mil) unidades para a faixa 3 (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2014).

Diante desse conjunto de investimentos, uma indagação se faz necessária: De que maneira tais investimentos impactaram o déficit habitacional no Brasil? A esse respeito, Lima Neto, Furtado e Krause (2013) afirmam que, entre os anos de 2009 e 2012 o Brasil teve uma redução do déficit

<sup>7</sup> Plano Nacional de Habitação.

habitacional de 8,04% no respectivo período. O censo demográfico do IBGE (2010) aponta um déficit habitacional de 6,490 milhões de unidades. Ainda segundo dados do IBGE (2010), em termos absolutos, o déficit é menor nas áreas metropolitanas do que nas não-metropolitanas. Ainda segundo o IBGE, a região Sudeste concentra 38% do déficit habitacional do país, o que corresponde a 2,674 milhões de unidades.

O Nordeste apresenta 30% do déficit habitacional, com destaque particular para os estados do Maranhão e da Bahia, com 421 mil e 521 mil unidades respectivamente. Já a região Centro-Oeste apresenta o menor déficit habitacional do Brasil, com cerca de 560 mil unidades (IBGE/PNAD, 2007, 2012). Ainda que o governo federal tenha estimulado amplamente a produção da habitação através do PMCMV, o déficit habitacional continua muito significativo (Tabela 1):

**Tabela 1:** Déficit habitacional geral e nas áreas urbanas e rurais no Brasil– 2007 - 2012

Área	2007	2008	2009	2011	2012
<b>Urbana</b>					
Número de domicílios	47.536.349	49.097.569	50.044.074	53.219.429	54.446.869
Déficit habitacional	5.593.191	5.191.565	5.703.003	5.409.210	5.244.525
<b>Rural</b>					
Número de domicílios	8.381.689	8.695.592	8.640.529	8.250.625	8.549.663
Déficit habitacional	965.015	913.532	911.178	860.665	741.953

Fonte: Lima Neto, Furtado e Krause (2013) com base IBGE/ PNAD 2007-2012

O déficit habitacional no Brasil, no ano do lançamento do Plano Nacional de Habitação (no ano de 2009), (ver Tabela 1), era de 5.701.003 unidades domiciliares. Dois anos depois do PMCMV houve a redução em 293.793 domicílios na área urbana e 50.513 na área rural.

Houve redução para as demais faixas: (i) o estrato com renda domiciliar entre três e cinco salários mínimos apresentou redução de 11,5% no período; (ii) no de renda domiciliar entre cinco e dez salários mínimos houve um decréscimo de cerca de 10% na sua participação do déficit; e, (iii) o de renda domiciliar acima de dez salários mínimos reduziu sua participação em cerca de 30% no período. Isto reitera que o déficit continua sendo majoritariamente dos domicílios que estão no estrato de renda mais baixo (LIMA NETO, FURTADO; KRAUSE, 2013, p.5).

Apesar dessa redução, segundo Lima Neto, Furtado e Krause (2013) durante os anos de 2007 – 2012 continua sendo majoritário o déficit habitacional nos domicílios que estão no estrato de renda mais baixo, até 3 salários mínimos. Estrato de renda esse que concentra a maior composição deficitária, 73,6% com relação ao ano de 2012, acima de 70% com relação ao período 2007-2012<sup>8</sup>.

<sup>8</sup> Segundo Amore (2015, p.17): “As apresentações oficiais que acompanharam o lançamento do programa se apoiavam nos dados quantitativos do déficit habitacional – àquela altura calculado em 7,2 milhões de moradias, 90% delas

Na escala do território paraense, segundo dados do Ministério das Cidades, o Minha Casa Minha Vida Fase 2 no Pará, teve um investimento da ordem de **R\$ 4.410.823.250,97** (quatro bilhões, quatrocentos e dez milhões, oitocentos e vinte e três milhões, duzentos e cinquenta reais e noventa e sete centavos) (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2014).

Para Lima et al (2015), dos 144 municípios integrantes do estado do Pará, 99 possuem produção habitacional relacionada ao PMCMV. Tal fato, segundo Lima et al (2015) expressa um envolvimento inédito de cerca de 70% das cidades paraenses no programa. O Quadro 1 mostra um retrato sintético das cidades que compõe o PMCMV no Estado do Pará.

Segundo dados disponibilizados pelo Sindicato da Indústria da Construção do Estado do Pará, expresso no Quadro 1, o PMCMV no Pará apresentou um total de 131 empreendimentos. Deste total, apenas 57 empreendimentos foram entregues até o presente momento.

Do total de 79.785 Unidades habitacionais previstas para construção no Estado do Pará, as cidades que produziram maior número de Unidades Habitacionais foram: Ananindeua (9.147 Unidades Habitacionais), Belém (9.038 unidades habitacionais), Castanhal (5.095 unidades habitacionais), Marabá (4.968 unidades habitacionais), Santarém (4.489 unidades habitacionais).

Por sua vez, a tabela 2 demonstra que o percentual do déficit habitacional em Marabá teve uma tímida retração, saltando 25,56% em 2000, para 22,27% no ano de 2010, ainda ficando muito distante do percentual de déficit habitacional do Brasil no ano de 2010, que girou em torno de 12,09%.

A tabela 2 permite demonstrar que o Estado do Pará possui um déficit habitacional para o ano de 2010, da ordem de 410.799 domicílios, o que corresponde a praticamente metade do déficit habitacional da região Norte para o ano de 2010, que gira em torno 823.442 unidades domiciliares.

Considerando a produção habitacional do PMCMV em Marabá, quais as particularidades da relação entre PMCMV e as desigualdades socioespaciais?

**Quadro 1:** O Minha Casa, Minha Vida no Pará.

<b>Município</b>	<b>Nº de empreendimentos</b>	<b>Empreend. Entregues</b>	<b>Empreend. em Produção</b>	<b>Total de U. H.</b>	<b>U. H entregues</b>	<b>U. H. em produção</b>
Abaetetuba	5	3	2	2080	991	1022
Acará	1	0	1	300	0	300
Alenquer	2	1	1	898	495	403
Altamira	2	2	0	2402	956	1444
<b>Ananindeua</b>	<b>18</b>	<b>7</b>	<b>11</b>	<b>9147</b>	<b>2806</b>	<b>6320</b>
Barcarena	4	3	1	1416	703	701
<b>Belém</b>	<b>11</b>	<b>0</b>	<b>11</b>	<b>9038</b>	<b>0</b>	<b>9038</b>
Benevides	3	2	1	1243	711	531
Bragança	2	1	1	2536	1245	1184
Breu Branco	2	0	2	528	0	528
Breves	2	0	2	990	0	990
Canaã dos Carajás	1	0	1	933	0	933
Capanema	1	1	0	1032	960	0
Capitão Poço	2	0	2	1048	0	1048
<b>Castanhal</b>	<b>10</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>5095</b>	<b>2900</b>	<b>2188</b>
Dom Eliseu	2	1	1	1266	699	566
Igarapé Miri	3	2	1	1117	659	435
Ipixuna do Pará	2	1	1	700	478	200
Itaituba	4	2	2	2430	2263	0
Itupiranga	1	0	1	626	0	626
Jacundá	2	0	2	938	0	938
<b>Marabá</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>4968</b>	<b>3433</b>	<b>1500</b>
Marituba	5	3	2	1807	799	1005
Moju	2	1	1	996	496	500
Monte Alegre	1	1	0	170	169	0
Novo Repartimento	1	1	0	500	487	0
Oriximiná	1	0	1	994	0	994
Ourilândia do Norte	1	0	1	1000	0	1000
Paragominas	4	3	1	2469	2064	400
Parauapebas	4	1	3	4050	997	3050
Redenção	3	1	2	1798	500	1298
Santa Bárbara do Pará	1	1	0	221	221	0
Santa Isabel do Pará	4	3	1	1650	1150	500
Santana do Araguaia	1	1	0	413	413	0
<b>Santarém</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>4489</b>	<b>0</b>	<b>4489</b>
São Félix do Xingu	1	0	1	1000	0	1000
São João de Pirabas	1	0	1	200	0	200
São Miguel do Guamá	2	0	2	700	0	700
Tailândia	4	2	2	2453	614	1813
Tomé-Açu	1	0	1	402	0	402
Tucumã	1	0	1	850	0	850
Tucuruí	1	0	1	1000	0	1000
Uruará	1	1	0	492	350	0
Vigia	2	0	2	406	0	406
Viseu	2	1	1	994	441	496
<b>TOTAL</b>	<b>131</b>	<b>57</b>	<b>74</b>	<b>79785</b>	<b>28000</b>	<b>50998</b>

Fonte: Sindicato da Indústria da Construção do Estado do Pará - SINDUSCON/PA, 2015

**Tabela 2:** Déficit habitacional absoluto e relativo segundo a situação de domicílio e número de domicílios vagos, 2000 e 2010.

<b>Escala territorial</b>	<b>Déficit habitacional total 2000</b>	<b>Déficit habitacional total 2010</b>	<b>% déficit habitacional total 2000</b>	<b>% déficit habitacional total 2010</b>	<b>Taxa de crescimento de omicílios vagos</b>
Parauapebas	3.545	10.495	21,57	24,57	13,04
Marabá	9.691	13.466	25,56	22,27	6,23
Sudeste paraense	0	94.221	0	22,11	0
Pará	474.743	410.799	36,28	22,02	4,28
Região Norte	812.605	823.442	28,93	20,63	2,61
Brasil	5.890.139	6.940.691	13,15	12,09	0,04

Fonte: Fundação João Pinheiro - FJP (2013).

## 6. O PMCMV E AS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NA CIDADE DE MARABÁ: PRODUÇÃO, CONSUMO E AGENTES

A desigualdade socioespacial; enquanto processo geográfico-histórico que se realiza como meio, condição e resultado da relação entre universalidades, particularidades e singularidades imanentes ao modo capitalista de produção; deve ser investigada a partir de análises que busquem superar a mera identificação e/ou delimitação de áreas pobres e ricas ou estados precários como assinalados por Petrus e Pereira Junior (2015), ou evidenciar territórios vulneráveis e conflitos na apropriação do espaço da cidade como apresentados por Penna e Ferreira (2014), ainda que estas perspectivas se façam relevantes. Compreendemos como necessário imergir em uma dimensão dialética que permita pensar a desigualdade socioespacial como processo complexo, dotado múltiplas interfaces e determinações inerentes à produção e reprodução do espaço (HARVEY, 2012).

Considerando tal desafio, como já ressaltado em item anterior, as abordagens de Sposito (2011), Theis (2009), Theis e Butzke (2012), Harvey (2004a) e Smith (1988) complementam-se, permitindo compreender a desigualdade socioespacial como *produto* de temporalidades e espacialidades urbanas desiguais, *meio* para a reprodução dos fluxos de capital no território e *condição* para a reprodução do capital no espaço, em um movimento dialético (RODRIGUES, 2015).

Dito isto, consideramos fundamental pensar a relação entre a localização do PMCMV e a desigualdade socioespacial, uma vez que, a produção do espaço urbano sob a lógica do capitalismo ampara-se em determinados elementos para a sua reprodução, dentre as quais, a localização e a produção da escala de reprodução do capital (HARVEY, 2005a; 2005b; 2007).

Essa relação entre a localização do PMCMV e a desigualdade socioespacial é intrínseca também porque segundo Melazzo e Castro (2008), dentro de uma perspectiva das relações capitalistas de produção, as escalas podem se constituir produtos do capital, instâncias de

concretização e de negação de seus movimentos internos. Estas são diferenciações do espaço, engendradas pelo capital para superar momentaneamente suas contradições. Desse ponto de vista, as escalas representam expressões e hierarquizações contidas na estrutura do capital, integrando os diferentes processos de produção, circulação, distribuição e consumo do capital (MELAZZO; CASTRO, 2008).

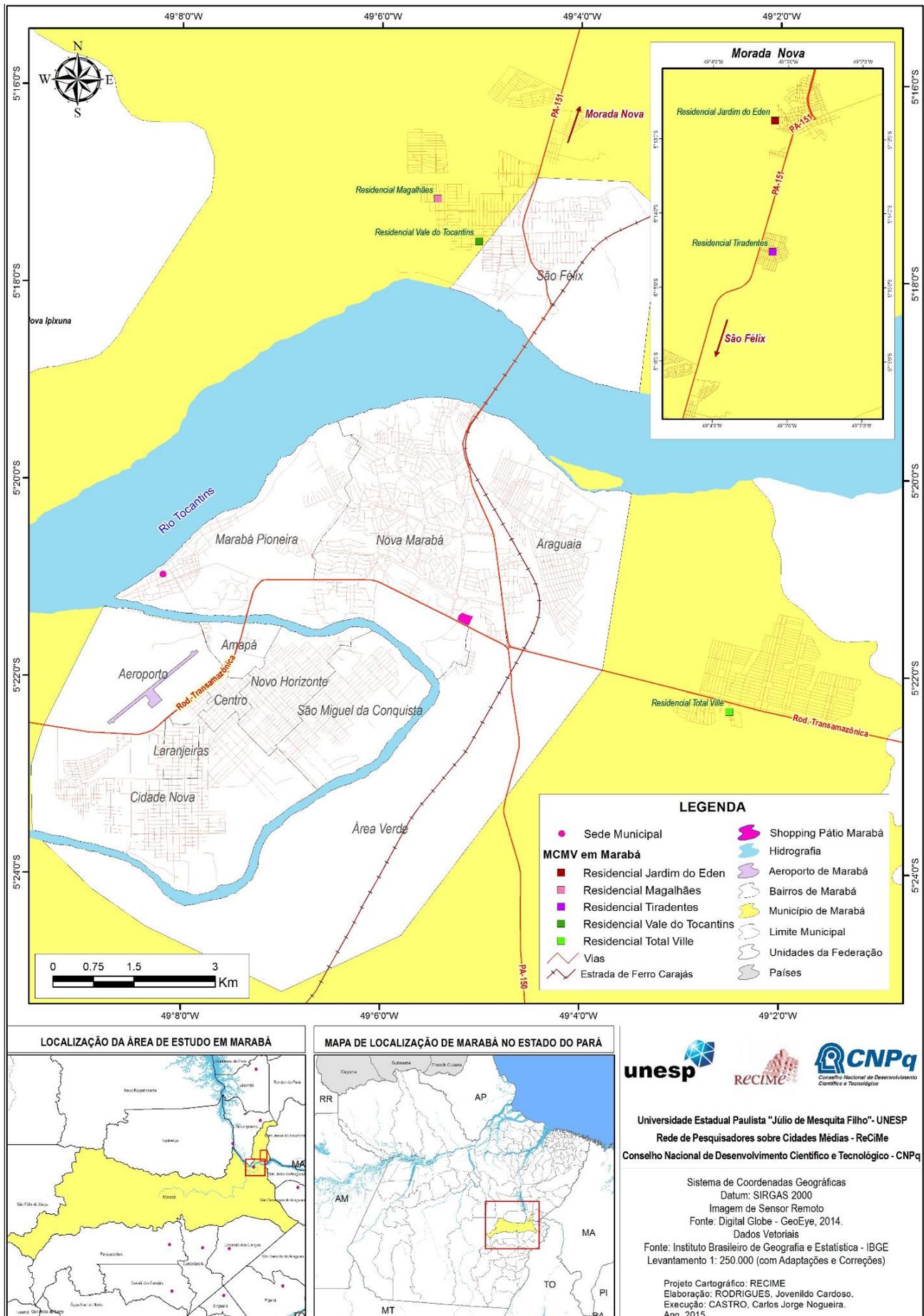
Dessa maneira, a produção de configurações territoriais está fortemente relacionada à mobilidade do capital e do trabalho, bem como, à localização dos processos de produção, com irradiações no espaço construído (HARVEY, 2013). Considerando a particularidade da cidade média de Marabá, em que medida as localizações dos empreendimentos do PMCMV ratificam ou não as desigualdades socioespaciais?

Neste sentido, o Mapa 1 permite identificar a localização da produção habitacional do PMCMV na cidade de Marabá, cujo foco das famílias atendidas situam entre as faixas 1 e 3, identificando algumas características da operacionalização do programa, localmente.

A produção do espaço da cidade de Marabá, no período contemporâneo, apresenta fortes vinculações com o avanço de agentes econômicos capitalistas, com fluxos econômicos e demográficos e com ações de ordenamento territorial urbano, induzido pelo Estado ao longo do seu processo de formação (RODRIGUES, 2015).

As espacialidades urbanas desiguais em Marabá estão associadas a diferentes momentos e fatos histórico-geográficos articulados, fazendo aparecer novas desigualdades que se acoplam às antigas. Tais espacialidades constituem ainda produto de temporalidades hegemônicas e contra-hegemônicas que se manifestam através de ações, relações e conflitos entre sociedade civil, agentes econômicos (com um destaque para a mineradora Vale) bem como, o Estado, como agente estruturante do território (RODRIGUES, 2015).

A presença do PMCMV em Marabá sinaliza um momento de forte atuação do Estado em articulação como circuito imobiliário na produção do espaço construído desta cidade. Neste sentido, as construtoras HF Engenharia, CCM Engenharia e a Direcional Safira Empreendimentos Imobiliários Ltda., (todas empresas de capital nacional) constituíram-se nas empresas responsáveis pela produção das habitações do PMCMV em Marabá (Mapa 1 e Quadro 2).



**Mapa 1:** Situação geográfica dos empreendimentos do Minha Casa, Minha Vida, na cidade de Marabá, Sudeste do Pará, Brasil.

**Quadro 2.** Programa Minha Casa Minha Vida na Cidade de Marabá, Pará.

Faixa	Modalidade	Unid. Habitacionais	Valor da operação (R\$)	Nome do empreendimento	Endereço empreendimento	Construtora
Faixa 1	FAR	1090	42.496.052	Residencial Vale do Tocantins	Vale do Tocantins, São Félix	HF Engenharia e Empreendimentos Ltda.
Faixa 1	FAR	1410	54.972.128	Residencial Tiradentes	Diversas quadras do residencial Tiradentes, BR-222	HF Engenharia e Empreendimentos Ltda.
Faixa 1	FAR	968	58080000,01	Residencial Jardim do edem - PMCMV 2	Rodovia BR 222 s/n, Morada Nova	CCM Construtora
Faixa 1	FAR	1500	77.999.250	Residencial Magalhães	Rodovia BR 222, Bairro São Felix, Marabá	HF Engenharia
Faixa 3	CCFGTS	224	16.557.632,65	Total Ville Marabá cond II modulo 2	Rodov Transamazônica km 3,5 s/n - Nova Marabá	Direcional Safira Empreendimentos Imobiliários Ltda.

Fonte: Ministério das Cidades, 2014.

Para o caso da cidade de Marabá, o PMCMV Faixa 1, totaliza um valor investido de R\$ 233.547.430,00 (Duzentos e trinta e três milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e trinta reais), consistindo na construção de 4.968 unidades habitacionais (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2013).

As fotos 1, 2, 3 e 4 permitem ilustrar as condições de produção das habitações do PMCMV nos núcleos-satélite São Félix e Morada Nova, espaços que “orbitam” em torno dos núcleos principais da cidade de Marabá<sup>9</sup>. Tais núcleos-satélite são notadamente caracterizados pela carência de infraestruturas urbanas, dentre as quais podemos destacar, as precárias condições de saneamento básico, de transporte coletivo, de educação, de atendimento ambulatorial.



**Foto 1 e 2:** Residencial Magalhães, à esquerda e Residencial Vale do Tocantins, à direita, Núcleo São Félix, na cidade de Marabá (Acervo do autor, 2013)

<sup>9</sup> A cidade de Marabá no período atual possui três núcleos principais, quais sejam: Marabá Pioneira, Nova Marabá e Cidade Nova. Apresenta ainda dois núcleos-satélite que orbitam em torno dos núcleos principais: São Félix e Morada Nova (RODRIGUES, 2010; RODRIGUES, 2015).



**Foto 3 e 4:** Residencial Jardim do Edem, Núcleo Morada Nova, à esquerda e Residencial Tiradentes, BR- 222, Núcleo São Félix, à direita, na cidade de Marabá (Acervo do autor, 2014)

Uma particularidade do PMCMV, em Marabá, diz respeito ao fato de que, alguns destes empreendimentos foram construídos em zonas de expansão do perímetro urbano. As novas formas de uso e ocupação na cidade de Marabá associadas ao referido empreendimento imobiliário, cuja estratégia de reprodução embasa-se na produção de um mercado de terras, assim como, em leis de zoneamento urbano, vem contribuindo para intensificação da divisão social do espaço, para a valorização/revalorização do espaço e para o aprofundamento das desigualdades socioespaciais.

Dessa maneira, especuladores fundiários e imobiliários passam induzir processos de especulação fundiária na escala da cidade, uma vez que o uso e ocupação de áreas, ainda que periféricas ao centro, tendem a interferir tanto no preço da terra nas áreas da periferia, quanto no preço da terra urbana nas áreas centrais, produzindo disparidades e assimetrias no acesso, uso e renda da terra (HARVEY, 2014).

Dentro dessa perspectiva, para o caso de Marabá, tal fato pode ser evidenciado empiricamente, uma vez que os Residenciais Vale do Tocantins ( produzido pela Construtora HF Empreendimentos) e Residencial Magalhães (produzido pela Construtora HF Empreendimentos) localizam-se na Zona de expansão do núcleo satélite São Félix; ao passo que o Residencial Tocantins (produzido pela Construtora HF Empreendimentos), localizado às margens da Rodovia PA-151, assim como o Residencial Jardim do Edem (produzido pela CCM Construtora), encontram-se localizados em zona Rural do município.

Por sua vez, o Total Ville Marabá, espaço residencial fechado, financiado no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, correspondente à faixa 3, produzido pela Direcional Safira Empreendimentos Imobiliários Ltda., encontra-se localizado em área privilegiada às margens da Rodovia Transamazônica no Núcleo Nova Marabá, próximo ao Shopping Pátio Marabá, bem como ao Supermercado Mateus e ao Campus da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA, em Marabá.

O fator localização resulta, assim, em expressão da divisão social desigual do espaço, segundo a qual os possuidores de demanda solvável consomem os espaços mais bem localizados e

de melhor infraestrutura urbana, ao passo que aos agentes sociais não capitalizados couberam as piores localizações na periferia urbana da cidade.

Com efeito, tais elementos da localização permitem entender que a produção das habitações pelo PMCMV na escala da cidade de Marabá constitui expressão do processo de diferenciações, bem como, de produção e de ratificação do padrão de desigualdade socioespacial no espaço construído (RODRIGUES, 2015).

Outra particularidade do PMCMV, faixa 1, em Marabá, diz respeito à dificuldade de acessibilidade a estes empreendimentos, localizados em espaços de áreas periféricas da cidade, distantes de equipamentos e serviços urbanos essenciais, como escolas, hospitais. Além disso, há carência de transporte público que atenda às demandas o que tende a ampliar a acessibilidade desigual aos equipamentos essenciais à reprodução da vida urbana.

Esta perspectiva de acessibilidade desigual aos equipamentos essenciais vai ao encontro da afirmação de Rolnik e Nakano (2009) para quem:

O modo de produção de moradias populares para além dos limites da cidade tem conseqüências graves que acabam prejudicando a todos. Além de encarecer a extensão das infraestruturas urbanas, que precisam alcançar locais cada vez mais distantes, o afastamento entre os locais de trabalho, os equipamentos urbanos e as áreas de moradia aprofundam as segregações socioespaciais e encarecem os custos da mobilidade urbana (ROLNIK; NAKANO, 2009, p.A3).

Para o caso da cidade de Marabá, em que pese o fato de o Plano Diretor Urbano de 2006<sup>10</sup> desta cidade enfatizar a garantia de "justa distribuição dos benefícios decorrentes das obras e serviços de infraestrutura urbana" aos seus cidadãos, além de "acesso a direitos e a políticas públicas voltadas para a promoção de consolidação de uma sociedade mais justa, fazendo com que a propriedade cumpra com a sua função social", o poder público municipal não interferiu na produção habitacional do PMCMV, de maneira a considerar importante a acessibilidade à localização dos empreendimentos, que se encontram distantes das áreas centrais das cidades (RODRIGUES, 2015).

Uma das dificuldades encontradas pela pelo poder público municipal de Marabá, para o desenvolvimento de uma política habitacional que permita o uso e ocupação de terra urbana da cidade, segundo Luiz Carlos Pies, vice-prefeito, diz respeito ao fato de que:

[...] hoje tem mais de 800 terrenos murados na cidade [...]. Então vamos dizer assim, o poder público [...], a sociedade realmente não conseguiu fiscalizar [...] essa apropriação indevida, mesmo a privatização do espaço urbano público. Então tem lá 30, 40 famílias que são donas da metade das terras urbanas e tem vazios urbanos em todos os bairros, em

<sup>10</sup> A Lei municipal número 17.213, de 9 de outubro de 2006, instituiu o Plano Diretor Urbano Participativo do Município de Marabá.

bairros nobres, terrenos enormes mesmo, só muros, e a dificuldade de você, vamos dizer assim, fazer cumprir o Estatuto da Cidade [...] (Informação verbal)<sup>11</sup>.

A fala de Luiz Carlos Pies constitui evidência importante no sentido de se pensar a particularidade, tanto do processo de concentração fundiária da terra urbana em Marabá, quanto os processos de revalorização do espaço construído e de produção das desigualdades socioespaciais, como resultado do processo de realização do capital em escala local, como meio para o engendramento dos fluxos de capital e como condição para a reprodução do capital no território desta cidade média paraense.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tratar de elementos referentes a particularidades da relação entre o PMCMV e as desigualdades socioespaciais, esta pesquisa procurou analisar como o PMCMV interfere na produção das desigualdades socioespaciais na cidade de Marabá. A referida investigação constatou que a política habitacional do PMCMV, nessa cidade, vem contribuindo para a ratificação do padrão de desigualdade socioespacial em escala local.

A produção do processo de pesquisa que articulou elementos teóricos, analíticos e fundamentalmente empíricos, possibilitou depreender que, a lógica de localização destes empreendimentos fortemente associada à seletividade espacial, constitui expressão da tendência de "desenvolvimento geográfico desigual" e de "urbanização do capital" (HARVEY, 2005b; HARVEY, 2011) e suas manifestações no espaço construído; através do estabelecimento de novas formas de uso e apropriação desigual no território da cidade, como resultado de processos financeirização da terra urbana, de valorização/desvalorização/revalorização do capital.

Tais elementos vêm engendrando a reprodução da cidade como valor de troca (HARVEY, 2005b). Esta perspectiva distancia-nos da ideia de "direito à cidade" (LEFEBVRE, 2001) e à moradia como um direito a condições dignas de vida e de reprodução social.

A política habitacional do PMCMV corrobora para a ratificação do padrão de desigualdade socioespacial existente à medida que tais empreendimentos tendem a um só tempo, em induzir processos de valorização do solo urbano na escala da cidade (tendo como base o valor de troca) e produzir uma acessibilidade desigual a equipamentos urbanos essenciais à reprodução da vida na cidade.

Vale ressaltar aqui que a produção habitacional desenvolvida pelo PMCMV não estabeleceu diretrizes para lidar com o problema da especulação imobiliária e com a produção de processos de valorização da terra urbana.

Os elementos apresentados aqui permitem inferir que as dinâmicas de transformações e

---

<sup>11</sup> Entrevista com Luiz Carlos Pies, Vice-prefeito de Marabá, Marabá, Novembro de 2013.

configurações espaciais desta cidade paraense encontram-se associadas a uma divisão social desigual do espaço, que caminha rumo a uma "urbanização sem cidade" nos termos de Fix (2011), uma vez que a maioria da população passa a se inserir de maneira precária no movimento de transformações do urbano.

Os diálogos estabelecidos ao longo desta construção permitiram abordar alguns debates de maneira transversal, despertando indagações a serem devidamente problematizadas e debatidas em momentos futuros. Uma questão merece ainda ser aprofundada:

- Levando em consideração que a política habitacional do PMCMV tem contribuído para a ratificação do padrão de desigualdade socioespacial na cidade analisada - ao contribuir para a produção de uma acessibilidade desigual a equipamentos urbanos, bem como, para processos de valorização do solo urbano - que papel vem exercendo este programa na produção das desigualdades socioespaciais nas cidades brasileiras?

A questão levantada acima visa estimular futuros estudos sobre o papel do PMCMV, da cidade e do urbano brasileiro e amazônico, enquanto possibilidade para se pensar a moradia para além da condição de mercadoria, concebendo-a como um direito social básico importante para a construção de uma "justiça espacial" que nos termos propostos por Soja (2010) constituir-se-ia como resultado da distribuição justa e democrática dos benefícios e recursos no espaço.

## REFERÊNCIAS

AMORE, Caio Santo. "Minha Casa Minha Vida" para iniciantes. In: AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz. **Minha casa... e a cidade?** Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.p.11-27.

AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz. **Minha casa... e a cidade?** Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

ARANTES, P. F; FIX, M. Minha Casa Minha Vida: o pacote habitacional de Lula. **Correio da Cidadania**. 30 de julho de 2009. Disponível em: <<http://www.correiodacidade.com.br/content/blogcategory/66/171>>. Acesso em: 17 nov. 2013.

BERRY, M. Neoliberalism and the City: Or the Failure of Market Fundamentalism, **Housing Theory and Society**, v.31, n.1, p.1-18, 2014.

BRASIL. **Constituição Federal**. Emenda Constitucional nº 26 de 14 de Fevereiro de 2000.

BRASIL. **PAC 2**: 11º Balanço - 2011-2014. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/f9d3db229b483b35923b338906b022ce.pdf>>. Acesso em: 07 ago.2015.

CARDOSO, A. L.; JAENISCH, S. T. Nova política, velhos desafios: problematizações sobre a implementação do programa Minha Casa Minha Vida na região metropolitana do Rio de Janeiro. **e-metropolis: Revista eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 5, p. 6-19, 2014.

CARDOSO, A. L.; LAGO, L. C. O Programa Minha Casa, Minha vida e seus efeitos territoriais. In: CARDOSO, A. L. (Org). **O Programa Minha Casa, Minha vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. p.7-16.

**CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE ASSENTAMENTOS HUMANOS.**

Declaração de Istanbul sobre Assentamentos Humanos. Istanbul: Turquia, 1996. Disponível em: <[pfdc.pgr.mpf.mp.br/.../declaracao-de-istambul-sobre-assentamentos-hum](http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/.../declaracao-de-istambul-sobre-assentamentos-hum)>. Acesso em: 18/03/2015.

CARLOS, A. F. A. Diferenciação Socioespacial. **Revista CIDADES**, v.4, p. 45-60, 2007.

FIX, M. **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil**. 2011. 588f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

**Fundação João Pinheiro** - FJP, 2013. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/>. Acesso em: 23/05/2015.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004a.

HARVEY, D. L'Urbanisation du capital. **Actuel Marx**, n. 35, p.41-70, 2004b.

HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005b.

HARVEY, D. **Espacios del capital: Hacia una geografía crítica**. Madrid: Akal, 2007.

HARVEY, D. The right the city. **New Left Review**, n. 53, 2008.

HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, D. O espaço como palavra-chave. **Geographia**, v.14, n.28, p.8-39, 2012.

HARVEY, D. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HARVEY, D. **Diecisiete contradicciones y el fin del capitalismo**. Quito: Editorial IAEN, 2014.

HIRATA, F. "Minha Casa, Minha Vida": Política habitacional e de geração de emprego ou aprofundamento da segregação urbana?. **Revista Aurora**, v. 3, n. 4, p.1-11, 2009.

SINDUSCON - Sindicato da Indústria da Construção do Estado do Pará. **Calote ameaça construtoras**. Disponível em: <<http://www.sindusconpa.org.br/site/noticia.php?id=4822>>. Acesso em: 20 set. 2015.

IBGE - **Censo demográfico 2010**. Setores censitários. Disponível em: <[www.ibge.gov.br/](http://www.ibge.gov.br/)>. Acesso em: 15 agos. 2015.

IBGE/PNAD - Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (2007 e 2012). Disponível em: [www.ibge.gov.br/](http://www.ibge.gov.br/), Disponível em: 20/06/2015.

LEFEBVRE, H. **State, space, world**: selected essays. In: BRENNER, N.; ELDEN, S.T University of Minnesota Press, 2009, p.330.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, José Júlio; RODRIGUES, R.; PONTE, Juliano Pamplona Ximenes; SILVA NETO, R. V.; MELO, A. C. C. Estratégias de produção de interesse social através do PMCMV na Região Metropolitana de Belém e Sudeste do Pará. In: AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz. **Minha casa... e a cidade?** Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 353-390.

LIMA NETO, V. C.; FURTADO, B. A.; KRAUSE, C. **Estimativas do Déficit Habitacional brasileiro (PNAD 2007-2012)**. Brasília: IPEA, 2013.

MARABÁ. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Marabá**. Marabá: Prefeitura Municipal de Marabá, 2006.

MELAZZO, E. S. e CASTRO, C. A. A escala geográfica: noção, conceito ou teoria? **Revista Terra Livre**, n. 28, p.133-142, 2008.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Secretaria Nacional da Habitação**. Disponível em: <http://www.capacidades.gov.br/>. Acesso em: 15/11/2013.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Secretaria Nacional da Habitação**. Disponível em: <http://www.capacidades.gov.br/>. Acesso em: 06/08/2014.

PENNA, Nelba Azevedo; FERREIRA, Ignez Costa Barbosa. Desigualdades socioespaciais e áreas de vulnerabilidades nas cidades. **Mercator (Fortaleza. Online)**, v.13, n.3, p.25-36, 2014.

PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

RIZEK, C. S.; AMORE, C. S.; CAMARGO, C. M.; Política social, gestão e negócio na produção das cidades: o programa Minha Casa Minha Vida “entidades”. **Caderno CRH**, v.27, n.72, p. 531-546, 2014.

RODRIGUES, J. C. **Marabá**: centralidade urbana de uma cidade média paraense. 2010. 188f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

RODRIGUES, J. C. **Produção das desigualdades socioespaciais em cidades médias amazônicas**: análise de Santarém e Marabá, Pará. 2015. 270f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista - UNESP, Presidente Prudente, 2015.

ROLNIK, R.; NACANO, A. K. Direito à moradia ou salvação do setor? **Folha de São Paulo**, p.A3, 14 mar. 2009.

SHIMBO, L. Z. **Habitação social, habitação de mercado**: a confluência entre Estado, empresas construtoras e o capital financeiro. 2010. Tese (Doutorado - Programa de Pós-graduação em

Arquitetura e Urbanismo - Área de concentração em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo). Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2010.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOJA, E. W. **Seeking spatial justice**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2010. 257p.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SPOSITO, M. E. B. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Orgs). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011, p.123-145.

SPOSITO, M. E. B. **O chão em pedaços: urbanização economia e cidades no Estado de São Paulo**. Presidente Prudente, 2004. 508f. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

THEIS, I. M. Do desenvolvimento desigual e combinado ao desenvolvimento geográfico desigual. **Novos Cadernos NAEA**, v.12, n.2, 2009, p.241-252.

THEIS, I.; BUTZKE, L. O paradoxo da geografia no capitalismo mundializado: revisitando a lei do desenvolvimento desigual e combinado. In: Andréia Galvão; Eliane Amorim; Júlia Gomes e Souza; Laendro Galastri (Orgs). **Capitalismo: crises e resistências**. São Paulo: Outras Expressões, 2012p.83-110.

THERBORN, G. Globalização e desigualdade: questões de conceituação e esclarecimento. **Sociologias**, v.3, n. 6, p.122-169, 2000.

*Trabalho enviado em outubro de 2015  
Trabalho aceito em junho de 2016*